

ALPHONSE DUPRONT, *Qu'est-ce que les Lumières?* (col. Folio-Essais), Paris: Gallimard, 1996, 435 p.

A revista *Síntese*, n. 70 (1995): 405-410, já teve a oportunidade de ocupar-se com a personalidade e a obra do grande historiador Alphonse Dupront, a propósito da tradução em português de um dos seus livros. Foi posta então em relevo a importância da obra de Dupront como historiador e intérprete da tradição religiosa no Ocidente, ou como "historiador das sacralidades ocidentais", designação que lembra a parte mais importante da sua obra. Mas Dupront foi também um grande conhecedor do século XVIII e interessou-se vivamente pela Ilustração e pela sua significação na história recente da civilização ocidental. Segundo a autorizada análise de François Furet no Prefácio do livro (pp. I-X), a originalidade de Dupront na sua leitura da Ilustração renova, de fato, nossas idéias a respeito dessa "revolução cultural", no sentido literal, da qual nasce o mundo moderno, tal como hoje o conhecemos e vivemos. Dupront concentra a sua privilegiada capacidade de compreensão histórica e seu poder de análise nessa segunda metade do século XVIII fran-

cês, quando coexistem em equilíbrio subtil, ainda segundo os termos de F. Furet, a sociedade clássica, a sociedade da Ilustração e já os sinais antecipadores do seu desaparecimento, e quando começam a emergir do solo profundo da mentalidade coletiva as forças do sentimento que irão encaminhar a cultura européia pelas trilhas do pré-romantismo e do romantismo. Por outro lado, a leitura de Dupront não se enquadra no vulgarizado paradigma que estabelece uma relação de dependência causal entre a Ilustração e a Revolução: fenômenos originais, com sua etiologia própria e que, conquanto solidários, conservam sua identidade e seu dinamismo a exigir um tratamento historiográfico diferenciado.

O texto de Dupront agora publicado, não é o texto de um livro para publicação, mas o texto das lições que ministrou na Sorbonne em 1962-1963, anunciado sob um título bem mais didático: "*Les lettres, les sciences, la religion et les arts dans la deuxième moitié du XVIII^e siècle*", e que o editor resumiu na pergunta celebrizada por Kant: *o que é a Ilustração?* O texto, pois, é retirado do enorme acervo de manuscritos que o historiador deixou ao falecer em 1990. Perfeitamente organizado em capítulos,

traz a marca inconfundível da linguagem de Dupront, exemplarmente clara e dotada de uma riqueza admirável de expressão. São sete capítulos, sendo o primeiro o capítulo-chave que analisa, numa seqüência de tópicos fundamentais, o que foi a segunda metade do século XVIII francês: um tempo de pré-revolução, mas ao qual sucedeu uma revolução não prevista e, provavelmente, não desejada pelos homens da Ilustração, que em nenhum momento lograram traduzir em ação as idéias programáticas que os inspiravam (pp. 16-17). Entre essas, duas que se cruzam e se confrontam nessa época de efervescência ideológica: liberdade e igualdade, palavras de ordem da revolução futura (pp. 23-30). Ao mesmo tempo, ao lado do grandioso esforço de instauração do império da razão na existência individual e social, o irracional reprimido que anuncia o seu retorno nas manifestações do pré-romantismo (pp. 30-32; 38-40). Na verdade, assiste-se então ao eclodir de revoluções concomitantes (pp. 33-60), entre as quais a revolução técnico-industrial não é a menos importante. Tal aparece, em suma, esse processo de “liberação mítica” (pp. 48-53) que caracteriza a idade da Ilustração, impelida pela busca da potência e pela idéia do progresso (pp. 53-56), e da qual Dupront estuda igualmente, num *raccourci* magistral (pp. 56-60), os substratos biológico, econômico e sociológico.

Nos seis capítulos que constituem propriamente a comprovação historiográfica das idéias expostas no capítulo introdutório, Dupront procede segundo um método original. O capítulo II esboça uma descrição da sociedade da Ilustração refletida nos chamados *Cahiers de doléances*, apresentados pelas províncias aos Estados Gerais de 1789. Nesse espelho da mentalidade coletiva da sociedade pré-revolucionária, uma idéia domina e dá sentido a

todas as reivindicações: a idéia de *libertação*, que se exprime no nível social, político e afetivo, e constitui sem dúvida a palavra de ordem da Ilustração que mais poderosamente se fez então ouvir e que permanece até hoje com sua força mobilizadora intacta. Deixando de lado por essa vez a muito estudada Ilustração parisiense, Dupront oferece-nos, no terceiro capítulo, uma reconstituição do que foi a influência das idéias e práticas da Ilustração em Lyon, a maior cidade francesa depois de Paris. O capítulo IV é o maior (pp. 137-230) e trata de um tema plenamente dentro das preferências e da especialidade de Dupront historiador: a Ilustração e a Religião. Evitando seguir os caminhos usuais da historiografia a propósito de um tema já tão estudado, Dupront desenvolve a sua análise a partir de um caso privilegiado e no qual a religião da Ilustração se apresenta de maneira exemplar: o caso de Voltaire. O tema havia sido investigado de maneira praticamente exaustiva na grande tese de René Pomeau, *La Religion de Voltaire* (1956), que serve a Dupront de referência permanente. Uma afirmação inicial define a linha mestra da interpretação proposta por Dupront da religião ilustrada de Voltaire: “a religião de Voltaire chama-se o deísmo” (p. 137). É pois a analisar todos os aspectos do deísmo voltaireano que esse longo capítulo, um dos mais significativos do livro, é dedicado. Os três últimos capítulos estudam o espírito da Ilustração em campos específicos mas extremamente representativos da nova mentalidade: as ciências, cultivadas pelo genial Antoine-Laurent Lavoisier, o fundador da Química moderna e precursor da tecno-ciência, são estudadas no capítulo V. As artes, representadas pelo estido rococó são objeto do capítulo VI. Enfim a arquitetura monumental, tão característica do estilo Luís XV e na qual a razão ilustrada encontrava um campo aberto de expressão, é estudada

na obra dos dois arquitetos Gabriel, pai e filho, a serviço do Rei.

O livro de Alphonse Dupront irá obter sem dúvida um merecido lugar de destaque na imensa bibliografia sobre a Ilustração francesa. A leitura dessas páginas, roteiro de lições orais, supõe um conhecimento razoável da história da França do século XVIII, o que as torna de acesso mais difícil para um público como o brasileiro. Mas o historiador receberá delas um poderoso estímulo em termos de metodologia inovadora e terá nelas uma rica fonte de informações.

H. C. de Lima Vaz
CES— BH

AGEMIR BAVARESCO, *La théorie hégélienne de l'opinion publique*, Paris: L'Harmattan, 1998, 188 p.

Esta tese foi apresentada em vista da obtenção do título de Doutor à Universidade de Paris I (*Panthéon-Sorbonne*), sob a direção de um dos mais notáveis estudiosos atuais de Hegel, o Prof. Bernard Bourgeois, sendo aprovada com distinção. Seu autor é professor na Universidade Católica de Pelotas (RS), e desde já, com a publicação da sua tese, inscreve-se meritoriamente no grupo dos especialistas brasileiros de Hegel.

O tema escolhido pelo Prof. Bavaresco, conquanto de grande importância na concepção hegeliana do Estado, não tem merecido um tratamento específico por parte dos comentadores, o que pode ser verificado na bibliografia utilizada pelo A., realçando ainda mais a oportunidade e atualidade da sua tese. Não obstante Hegel ter dedicado apenas alguns parágrafos da sua *Filosofia do Direito* (par. 315 a 320) à realidade política da *opinião pública* na sociedade moderna e ter esboçado aí a sua

teoria, situando-a no movimento dialético da constituição da idéia do Estado, a importância do fenômeno não escapou à aguda intuição hegeliana, tornando-o objeto da primeira interpretação rigorosamente filosófica de que temos notícia. Com efeito, o fenômeno da *opinião pública* é relativamente recente na história das sociedades ocidentais e constituiu-se na forma que prevalece até hoje no clima da Ilustração do século XVIII, vindo a adquirir efetiva vigência histórica a partir da Revolução francesa e nos Estados constitucionais que se lhe seguiram. Sendo a filosofia hegeliana o “tempo captado no conceito”, a *opinião pública*, realidade emergente no tempo político de Hegel, deveria necessariamente ser integrada na estrutura conceptual do Estado pós-revolucionário, tal como Hegel a edifica na filosofia do Espírito objetivo ou *Filosofia do Direito*.

Agemir Bavaresco observa pertinentemente na Introdução que a teoria hegeliana da *opinião pública* insere-se no projeto especulativo do filósofo para pensar a *subjetividade* moderna, princípio instaurador da chamada *modernidade*, não na particularidade subjetiva do sentimento individual, da convicção e opinião privadas, conquanto essas sejam reconhecidas no plano da liberdade *formal*, mas na universalidade racional da *vida ética* reconstituída na liberdade *real* da sociedade política. Essa é, sem dúvida, a perspectiva teórica adequada para se entender a teoria hegeliana da *opinião pública*.

Na Introdução o A. evoca oportunamente duas das leituras contemporâneas mais em voga do fenômeno político da *opinião pública*, tendo em vista assim pôr em maior relêvo a originalidade da interpretação de Hegel. São elas: a teoria *liberal*, que preconiza um certo privilégio de uma elite pensante na manifestação da *opinião pública*, posição que é

classificada por K. Popper de visão ultraliberal; e a teoria *institucional*, para a qual a opinião pública é representada pelo partido majoritário no seio do parlamento, verdadeiro órgão de expressão da opinião dos cidadãos. Essas duas teorias são ocasião para a formulação de uma terceira, proposta por J. Habermas, classificada por G. Eley, citado por Bavaresco (p.15, n. 2), como demasiado “idealtípica” ao tomar como modelo a formação da opinião pública no século XIX.

Em face dessas teorias, o A. da presente tese expõe, com exemplar clareza e riqueza de análise, a descrição que Hegel faz do *fato* da opinião pública e a sua transposição na *teoria* do Estado. A metodologia seguida obedece rigorosamente ao movimento e à estrutura do pensamento hegeliano. Em primeiro lugar é apresentada (A, 1, 2 3) a *mediação política* da liberdade de opinião nos níveis da liberdade formal, da liberdade subjetiva e da liberdade pública de *opinar*. Em seguida, a *teoria* da opinião pública é exposta nos três momentos constitutivos da estrutura do pensar hegeliano (B, 1, 2, 3): o *fenomenológico*, o *lógico*, e o *espiritual* (aqui o *político* especulativamente considerado).

A tese de A. Bavaresco constitui sem dúvida uma importante contribuição para os estudos sobre a filosofia política de Hegel, cuja influência difusa permeia ainda hoje não apenas a reflexão filosófica, mas também a ciência política. Ela será de grande utilidade para os estudiosos nesses campos, e é de desejar que sua tradução seja logo posta à disposição de quantos se interessam pela investigação de um dos fenômenos mais importantes da vida política moderna.

H. C. Lima Vaz
CES — BH

ZEFERINO ROCHA, *Palavras para o Silêncio*, Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998, 269, pp.

Trata-se de um livro que vem carregado de grande força interior, e que, por sua beleza poética, abre caminhos, desvendando horizontes novos na alma do leitor.

Palavras para o Silêncio é um livro em que a beleza da forma se casa harmoniosamente com a seriedade e profundidade do conteúdo. Não é o exercício da palavra pela palavra, a hegemonia melódica dura da forma, tornada ela a razão de ser da obra, um estilo que dispensasse a mensagem. Acho que estão equivocados os que pensam que, em arte, particularmente na literatura, a forma é uma entidade esteticamente autônoma, e que seria, então, possível tratá-la em si mesma, diretamente, sem pressupostos de conteúdo, num corpo a corpo artesanal, carente de toda espécie de alma. A pura voz, o puro som, a pura forma, a pura idiotice! A forma não é algo que se construa a partir dela mesma. Ela vem carregada da matéria das paixões de que ela é feita. É o mundo rigorosamente pessoal e, por isso, inexoravelmente universal com que se exprime no nível da beleza, que não se perde em um nível lógico, nem muito menos se reduz a ele; é o modo, o jeito como se expressa uma realidade qualquer, verdadeira ou fantástica, existente ou possível. O que vale a dizer, que ela, a forma, se encama numa matéria substantiva, de que ela pretende ser expressão num nível que pode atingir um plano de beleza que ultrapasse e perenize o material informe de donde provém. Ela é, pois, uma língua que veste a linguagem, que a metaforiza numa engenharia de símbolos, que se organizam segundo leis ditadas pelo próprio objeto, mas a que o gênio do artista dá o toque de sua singularidade, reordenando-a segundo os impul-

dos de seu temperamento, de suas paixões e vivências, de seus *insights*, de sua visão pessoal, de suas intuições.

Em *Palavras para o Silêncio*, o autor nos proporciona uma seqüência de reflexões sobre temas que tocam de cheio a nossa condição humana: a nossa fragilidade, a nossa grandeza, a nossa miséria, o tempo, a infância, a morte, a vida e seus cansaços e suas desesperadas esperanças; o que a gente foi, o que deixou de ser, o que pretende ser depois de amanhã e que nunca será, talvez! Esse talvez nos desagonia um pouco. Talvez ainda sejamos! Mas, a mim que sou mais de esperança do que de saudade, que estou voltado sempre para a vida que vem adiante, olhando para trás só por desconfiança, para mim, esse talvez me desagonia muito. Talvez!

Por se tratar de um livro dessa natureza, de um livro em que os textos são pretextos para uma maravilhosa viagem através da vida, sinto que é aquele livro em que Zeferino Rocha mais se revela e revela o que se passa no seu mundo interior, no sentido em que a objetividade tão rigorosamente contida, quase represada, em nome da exigência do rigor científico dos seus temas em livros anteriores, aqui, neste livro, se acha solta, liberta, navegando segura em céu e mar abertos. O que vale é que a subjetividade, assim entendida e posta, é o que temos de mais objetivo, no sentido de verdadeiro e de real, daquilo a que falta nome (Guimarães Rosa dizia: tudo o que é importante falta nome) e que define o nosso chão subterrâneo. Santa Teresa diria, com mais delicadeza, o nosso jardim secreto.

Creio que não é possível ler as reflexões de Zeferino Rocha, neste livro, que tenho o prazer de apresentar, sem se sair, nem que seja ligeiramente, perturbado para melhor; como — quem sabe? — com o obscuro desejo de mudar sem

fraturas, sem rupturas, as linhas fundamentais de construção de nossa vida e de nosso projeto existencial.

Os pensamentos de *Palavras para o Silêncio* levam-nos a uma navegação em tomo de nós mesmos, navegação que é mergulho, às vezes, perigoso, a um socrático conhecimento de nosso mistério, e dado que todo conhecer implica, de certo modo, em um nascer (*connaître* dos franceses), o conhecimento que temos de nossa realidade, a de agora e a do passado, é, seja lá em que medida, um ato de relação viva que muda essa realidade e a amadurece. Amadurecer é mudar! É adquirir o sabor de fruta sazoadada. É realizar o projeto da árvore que foi semente, um dia, e fruto verde com travo. A velhice purifica o travo, dá o sabor da fruta. Renascemos em cada conhecimento, mesmo que o conhecimento seja do outro, porque tudo são espelhos. Narciso é a própria vida. É o mundo. São os outros. Sou eu. Deus é Narciso. É meu espelho. Somos Narcisos! Os que jamais se transformam, obstinados por uma fidelidade ressecada, fria e repetitiva, enganam-se ao pensar que têm caráter. Eles não têm caráter, nem são inteligentes. Têm carimbo e são papel carbono de si mesmos. Não sonham, não vivem e rigorosamente não existem, duram.

Eu, de mim, não quero que os sonhos se limitem a interpretar minha vida; quero, isso sim, que minha vida me faça realizar meus sonhos. Com seus bem-vindos 70 anos, Zeferino, Rocha nos brinda com este livro, no qual se manifesta, com expressividade maior, a figura do humanista, do prosador, do filósofo, do poeta, que todos sabíamos existir, desde a leitura de seus livros já publicados. Teria muita coisa para dizer sobre este livro e este homem, não meu irmão propriamente, mas irmão de mim, tão parecido comigo e tão absolutamente diferente, que é quase igual de tão ele e eu de tão mim.

Palavras para o Silêncio, pensem bem a partir do título, é livro da maturidade de quem acumulou a tranqüila sabedoria. Livro para ler no claro e meditar no escuro. O silêncio é a moldura da palavra. Sem ele, a palavra se espraia toda, se evapora, fica sem respaldo, sem ponto de apoio, sem consistência. A palavra viceja do solo oculto do silêncio. É filha da meditação, ou brota da paixão das coisas todas amadas e vividas. O silêncio não é a mudez, pura negação da voz, mas a pausa fecunda, a necessária pausa da música, por exemplo, que nutre e sustenta a pala-

vra e lhe garante o sabor, a substância e a beleza toda. Toda palavra substancial vem carregada de silêncio, senão é ruído, é fala e conversa frívola de reunião social. Dizia o sábio: *“Não fale a não ser que tenha a dizer algo mais importante do que o silêncio”*. E acrescento eu: Mais importante do que o silêncio, só a poesia ou a música que, no fundo, são formas as mais altas e misteriosas de silêncio.

Daniel Lima
UFPE